

CONSTRUINDO PONTES METODOLÓGICAS: SOBRE CONTINGÊNCIAS E SENTIDOS EM PROJETOS DE PESQUISA

Lucas Carvalho*

RESUMO

O artigo investiga as possibilidades heurísticas de se tomar a história das ciências sociais a partir de seus projetos de pesquisa. Para tanto, seleciona como objeto de análise o Projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (1975-1977), desenvolvido no PPGAS/MN, para demonstrar como os significados cognitivos desse tipo de atividade intelectual ganham nova inteligibilidade quando associados analiticamente às práticas institucionais. Ao se destacar as relações entre pesquisadores e agências financiadoras, o artigo percorre o longo caminho de negociações que, longe de serem meramente burocráticas, confeccionaram as estratégias metodológicas do Projeto. Motivações, intenções e interesses de toda ordem estão emaranhados nas redes de ações que definem o próprio alcance das investigações. Contudo, não é de somenos importância a capacidade técnica e intelectual com que pesquisadores, de forma individual ou coletiva, mas sempre criativa, adéquam ou até mesmo transformam certas contingências em problemas de pesquisa. Nesse sentido, buscou-se a partir da própria costura de interesses envolvidos nas negociações uma visão mais integrada e ao mesmo tempo matizada da relação entre o contexto e as proposições metodológicas do Projeto.

Palavras-chave: História das ciências sociais e projetos de pesquisa. Método e Metodologia. Teoria social.

BUILDING METHODOLOGICAL BRIDGES: ON CONTINGENCIES AND SENSES IN RESEARCH PROJECTS

ABSTRACT

The article investigates the heuristic possibilities of taking the history of the social sciences from their research projects. To do so, it selects the Project “Employment and Socioeconomic Change in the Northeast” (1975-1977), developed at PPGAS/MN, to demonstrate how the cognitive meanings of this type of intellectual activity gain new intelligibility when associated analytically with institutional practices. By highlighting the relationships between researchers and funding agencies, the article goes through the long road of negotiations that, far from being merely bureaucratic, made the Project’s methodological strategies. Motivations, intentions and interests of all kinds are entangled in the networks of actions that define the very scope of the investigations. However, one should not discard the technical and intellectual capacity with which researchers, individually or collectively, but always creative, adapt or even transform certain contingencies into research problems. In this sense, a more integrated and at the same time nuanced view of the relationship between the context and the methodological propositions of the Project was sought from the very seam of interests involved in the negotiations.

Key-words: History of social sciences and research projects. Method and Methodology. Social theory.

CONSTRUYENDO PUENTES METODOLÓGICOS: SOBRE CONTINGENCIAS Y SENTIDOS EN PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN

RESUMEN

El artículo investiga las posibilidades heurísticas de mirarse a la historia de las Ciencias Sociales a partir de sus proyectos de investigación. Para esto, elige como objeto de análisis el Proyecto “Empleo y cambio socioeconómico en Nordeste” (1975-1977), desarrollado en PPGAS/MN, demostrando así como los significados cognitivos de este tipo de actividad intelectual ganan nueva inteligibilidad cuando son asociados de manera analítica a las prácticas institucionales. Al destacarse las relaciones entre investigadores y agencias financiadoras, el artículo recoge a un largo camino de negociaciones que, más allá de simplemente burocráticas,

* Sociólogo e pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Contato: lucascorreiacarvalho@gmail.com

fueron las responsables por la construcción de las estrategias metodológicas del Proyecto. Motivaciones, intenciones e intereses de los más distintos campos están mezclados en las redes de acciones que definen el propio alcance de las investigaciones. Sin embargo, no se debe desconsiderar la capacidad técnica e intelectual con las que los investigadores, de manera individual o conjunta, pero siempre creativa, adecuan o incluso cambian determinadas contingencias en problemas de investigación. En este punto de vista, se buscó un camino más integrado y diversificado en la relación entre el contexto y las proposiciones metodológicas del Proyecto, a partir de la unión de intereses involucrados en las negociaciones.

Palabras clave: Historia de las ciencias sociales y proyectos de investigación. Método y Metodología. Teoría social.

INTRODUÇÃO:

Não é sem consequências a forma pela qual se é narrada a(s) história(s) das ciências sociais. Recepção entre obras e autores, redes de relações entre autores, linhas interpretativas, posições institucionais são algumas perspectivas que tendem a iluminar certos aspectos e a ocultar outros. Longe de ser mero exercício de ordenação das ideias, as diferentes modalidades de reconstituição da história das ciências sociais permite elucidar aspectos constitutivos de sua prática institucional, perfil cognitivo e sentido normativo (BOTELHO & BASTOS, 2010; MAIA, 2012 e 2014; BOTELHO, 2015). Entre estes modos de narrativa pouco destaque têm sido dado aos projetos de pesquisa na institucionalização e rotinização do conhecimento. Parte fundamental da rotina acadêmica, os projetos de pesquisa, quando tornado objetos de investigação, podem contribuir para desvendar significados cognitivos desde que não estejam analiticamente dissociados das práticas institucionais em que estão inseridos. Por essa razão, projetos de pesquisa, diferentemente de outras produções comumente analisadas, podem ser úteis na construção de abordagens menos disjuntivas que ora destacam a dimensão cognitiva ora a dimensão institucional das atividades intelectuais. Neste artigo propomos perseguir as sobreposições destas dimensões institucional e cognitiva nas discussões e na formulação de um Projeto de grande envergadura intitulado “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (1975-1977), desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), subsidiado pela Financiadora de

Estudos e Projetos (FINEP), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Integraram a equipe de pesquisadores, coordenados por Moacir Palmeira, entre outros, Lygia Sigaud, Afrânio Raul Garcia Jr., José Sergio Leite Lopes, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Marie France Garcia, Maria Rosilene Barbosa Alvim, Neide Esterci, Beatriz Heredia, Eliane Cantarino O’Dwyer, Laís Mourão Sá, Amélia Rosa Barreto Teixeira, Dóris Rinaldi Meyer, Leilah Landim Assumpção, Regina Novaes, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Maria Cristina Melo Marin.

O principal objetivo do projeto era investigar diversas transformações da plantation tradicional nordestina, tencionando mostrar a pluralidade de formas de organização econômica do campesinato e de resistência a estruturas de dominação novas e antigas (PALMEIRA ET AL., 1976). Com pesquisas na região desde o final da década de 1960, os pesquisadores abarcaram no Projeto Emprego o maior número possível de casos a serem analisados buscando construir um quadro mais amplo possível daquelas transformações e suas consequências. A ideia e necessidade de um projeto coletivo surge a partir de 1972, quando o fim do financiamento da Fundação FORD ao PPGAS/MN ameaçava a continuidade das pesquisas. Uma das alternativas à crise era a submissão do Projeto Emprego a diferentes agências, e embora a experiência de investigações na região fosse um dos trunfos utilizados, as negociações exigiram habilidade por parte dos pesquisadores para aliar os diversos interesses envolvidos¹.

Como esperamos deixar mais claro adiante, as negociações que costuraram os interesses

¹ Para uma reconstituição minuciosa da criação do PPGAS/MN e das relações entretidas com a Fundação FORD, ver Garcia Jr., 2009.

de pesquisa do grupo e aqueles das agências, bem como o contexto no qual foi possível essa aproximação, não são fatores tangenciais à própria feitura do Projeto Emprego, mas constitutivos de suas propostas teórico-metodológica e de investigação empírica. No que tange particularmente aos aspectos metodológicos do Projeto, a correlação de interesses entre pesquisadores e agências parece mais significativo: a aposta numa abordagem antropológica, baseada na etnografia e no trabalho de campo, para o entendimento de questões da ordem do dia, como o desenvolvimento econômico e a desigualdade de renda, não se deu simplesmente pela abertura das agências a novas perspectivas, mas por negociações nas quais a abordagem metodológica serviu como elo de mediação. Dito de outro modo, a própria realização do Projeto dependeu em grande medida do encaminhamento das discussões e da conjugação interessada de ambos os lados na definição e proposição de recortes empíricos e da metodologia, e não à toa o malogro dessas negociações foi adiando o início do Projeto. Portanto, a própria formalização do que veio a ser o Projeto Emprego se deve a um longo processo de negociação coletiva externa e internamente ao próprio grupo de pesquisadores.

O desafio que logo se impõe à análise é como conciliar os aspectos cognitivos do Projeto e as condições mais contextuais que o embasou. A proposta de Jeffrey Alexander (1984) avança neste sentido ao propor um esquema alternativo às visões estritas das correntes positivistas sobre a ciência, convictas de que o mundo empírico é o que define o alcance bem como as inovações teóricas. Alexander, ao contrário, propõe pensar a relação do polo que denomina de “ambiente metafísico” ou “não-empírico” e o polo oposto formado pelo “ambiente observacional-empírico” como um continuum, formado por gradações entre eles, e não de forma disjuntiva e enviesada. Segundo o autor, diferentes ramos científicos, e não somente as ciências sociais, tenderiam a circular pelos “ambientes” existentes entre esses polos, assumindo modelos, princípios metodológicos, proposições empíricas e compromissos ideológicos. Esse esquema analítico – e não ontológico, já que atende às preocupações do analista – permite divisar as diversas concepções

do que seria o fazer teórico e as propostas metodológicas de cada pesquisa mesmo quando compartilhados certos pressupostos. Conquanto cada nível esteja relacionado um com o outro, ocorre que essas relações não são simétricas, mas variam de acordo com as noções de generalidade e especificidade que cada pesquisa carrega e, nesse sentido, se é verdade, como postula a vertente positivista, que elementos do polo empírico do continuum podem trazer novas informações a partir da realidade observada, isso só é possível porque esses elementos ainda representam especificações de premissas mais gerais, não-empíricas. A autonomia dos diferentes “ambientes” seria, portanto, relativa, haja vista que “the general always subsumes the specific” (ALEXANDER, 1984, p. 4).

Para a socióloga inglesa Jennifer Platt (1996) a “autonomia relativa” concedida por Alexander ao estudo dos métodos empregados nas ciências sociais parece descuidar de aspectos mais contextuais e institucionais envolvidos nas escolhas dos pesquisadores. De acordo com a autora (PLATT, 1996, p.1), em grande medida essa postura advém de uma forma hegemônica de se reconstituir a história da sociologia baseada na premissa ingênua de que as posições teóricas determinam a prática sociológica em sua totalidade. Haveria, além disso, mais dois equívocos nessa postura: o argumento de que toda pesquisa assumiria certas premissas teóricas estaria ligado ao fato de que essas mesmas premissas delimitariam a opção disponível de métodos logicamente condizentes com elas e à escolha do pesquisador. Para Platt, no entanto, essas afirmações confundem o discurso sobre a prática de investigação feita pelos próprios pesquisadores com a prática científica, e, por conseguinte, descuidam em recuperar as condições sociais nas quais as escolhas de fato se efetivam, não sendo necessariamente conscientes e congruentes (PLATT, 1996, p. 108-109). Nesse sentido, prossegue a socióloga, compromissos teóricos não existem independentes das práticas dos pesquisadores, e não antecipam a seleção de métodos e a criatividade em criá-los. Método deve ser, portanto, compreendido como “técnica prática”, alicerçado em bases sociais e em constrangimentos institucionais específicos (PLATT, 1996, p. 112). Vale destacar

como os termos utilizados por Alexander e Platt são significativos de suas posições: enquanto o primeiro fala de um continuum formado pelos polos “metafísicos” e “empíricos”, mais próximo da relação entre teoria e empiria, a segunda propõe uma história dos métodos de pesquisa sociológicos a partir da relação entre teoria e prática, de forma que “the practical social constraints which affect empirical research in ways which are not relevant to purely theoretical activity” (PLATT, 1996, p. 2).

Para o entendimento adequado da formalização atingida pelo Projeto Emprego, nossas atenções recairão na conjugação das duas abordagens acima. Em outras palavras, concentraremos nosso foco no modo pelo qual a elaboração e a utilização de determinado “método”, entendido como técnica de coleta de dados e investigação empírica, relacionam-se com as práticas de pesquisadores em um contexto específico, ao mesmo tempo em que, em termos cognitivos, integra uma lógica teórica que preside a elaboração daquelas técnicas, conjugando-se ao arcabouço de investigação mais amplo, no caso do Projeto Emprego, sobre as transformações da plantation tradicional nordestina. As técnicas de levantamento de dados e as controvérsias que credenciam sua utilização não são alheias ao conjunto básico de percepção que pré-estrutura um campo empírico, tornando possível a própria circunscrição e aparição do fenômeno a ser investigado. Com isso propomos uma abordagem mais integrada tanto dos modelos teóricos e as práticas localizadas contextualmente que balizaram a recepção por parte das agências financiadoras e a própria elaboração da proposta metodológica, empírica e analítica do Projeto.

Em outra ocasião propomos recuperar esses dois momentos dentro de uma perspectiva que privilegie o processo de confecção do projeto (CARVALHO, 2015). Com Alfred Schutz (1962; 1979), entendemos a categoria “projeto” envolvendo um planejamento do “ato” futuro, ou seja, a antecipação de uma ação em estado acabado (“modo futuri exacti”), o que não significa afirmar que, uma vez realizada, a ação encontre completa correspondência com o seu “projeto” inicial. As “antecipações” são sempre referências vazias que o próprio desenrolar do “projeto” vai preenchendo, e quando porventura

não realizadas, parcialmente que seja, podem “explodir” (SCHUTZ, 1979, p. 135).

O planejamento (a ação de “projetar” de que nos fala Schutz) depende não só da “previsão” do “ato futuro”, mas da “retrospectiva” de experiências similares passadas, que auxiliam na “tipificação” dos possíveis meios e fins empregados na consecução do “projeto”. Todo projeto, portanto, é intrinsecamente processual e sua realização está ligada à redução, ainda que idealmente, de suas contingências. Schutz afirma que essa operação é realizada de acordo com “fórmula ideais” contidas no “estoque de conhecimento”. Em diversas experiências da vida social o “estoque de conhecimento” é suficientemente adequado para realização de determinado “projeto”, para outros, no entanto, os agentes devem improvisar e, por isso, extrapolam aquelas “fórmulas ideais” - o que não quer dizer que mesmo na improvisação os agentes não procedam com linhas de “tipificação” possíveis e dentro de certos marcos imaginativos. O importante a ressaltar é que o “conhecimento” oriundo de um “projeto” realizado (então denominado de “ato” por Schutz) pode vir a rearrumar a estrutura do “estoque de conhecimento”, alterando o “sistema de relevâncias”. E mesmo que o “projeto” não se realize na forma exata como o concebemos - o que ocorre na maioria dos casos -, a experiência é incorporada ao nosso “estoque de conhecimento”.

Nessa perspectiva, as contingências passam a ser constitutivas da própria ação de “projetar”. Embora Schutz tenha dado demasiada ênfase nas capacidades cognitivas dos agentes em relação a determinados contextos da vida, ou seja, aos mecanismos recursivamente aplicados em referência a um “estoque de conhecimento” estruturado, é imperativo considerar os constrangimentos advindos dos contextos nos quais esses agentes estão inseridos e ao aspecto procedural de suas condutas, que modificam os “sentidos” iniciais de seus projetos.

O conceito de “campo de possibilidades” cunhado por Gilberto Velho (1981, p. 27) permite justamente destacar os limites e alcances de um projeto ao localizá-lo em contextos sociais e simbólicos específicos, os quais embasam, restringem e credenciam os agentes para a sua realização. De acordo com o autor, todo “projeto” está inserido num contexto cultural ao qual

recorre criativamente para a sua formulação e, por isso, “tem de ‘fazer sentido’, num processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado” (VELHO, 1981, p. 27). Dessa forma, “projetos” nunca são puramente “subjetivos”, mas tendo como referência o “outro” ou o “social”, condição mesma de sua possibilidade de comunicação, expressam-se dentro de um repertório limitado de problemas centrais ou dominantes, retirando daí sua “eficácia” própria (VELHO, 1981, p. 27 e 28). Motivações, intenções e interesses de toda ordem estão emaranhados nas redes de ações que, longe de serem tangenciais, definem o próprio alcance das investigações. Contudo, não se deve fazer tabula rasa da capacidade técnica e intelectual com que pesquisadores, de forma individual ou coletiva, mas sempre criativa, adéquam ou até mesmo transformam certas contingências em problemas de pesquisa. Veremos a seguir como a elaboração do Projeto Emprego se deu em meio a contingências de diversas ordens que, a partir da perspectiva processual que apresentamos, deixaram suas marcas na versão final de seu texto e nos caminhos metodológicos trilhados.

A FORMULAÇÃO DE UM PROJETO COLETIVO DE PESQUISA

Uma das primeiras versões do que viria a se tornar o Projeto Emprego foi elaborada entre setembro de 1972 e janeiro de 1973 para concorrer a um edital da Social Science Research Council (SSRC), organização não governamental norte-americana criada em 1923

para estimular pesquisas em ciências sociais. O Projeto fora elogiado pela organização, mas não aceito por considerarem que Moacir Palmeira não tinha currículo apropriado para assumir a coordenação e, por tal razão, indicaram o nome de um pesquisador norte-americano para a coordenação, o que foi de imediato negado pelo grupo (cf. LEITE LOPES, 2013, p. 447). No mesmo período, o texto do projeto sofreria modificações para atender à solicitação do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), então sob a coordenação de Edson Machado, para um convênio a ser firmado entre a UFRJ e o Banco Mundial (BIRD)². O grosso do financiamento do Projeto viria principalmente do BIRD, interessado em formular políticas públicas destinadas ao combate à pobreza e desigualdade, sobretudo na região Nordeste. O BIRD contava com o IPEA para a avaliação das propostas do Projeto e para acompanhar sua formulação, o que foi feito através de reuniões periódicas que envolveram a equipe do CNRH - entre eles, os economistas Claudio Salm, Luiz Carlos Silva e Francisco Sá -, e um grupo formado por Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Otávio Velho, José Sérgio Leite Lopes e Afrânio Garcia Jr. As discussões levariam a temas de interesse comum do CNRH-IPEA e dos pesquisadores, a saber emprego e migração.

Conforme as cartas trocadas entre o grupo de pesquisadores e os funcionários do BIRD, o ponto de discussão fora, sem dúvida, a metodologia do Projeto. Dois pontos principais chamavam a atenção dos técnicos do Banco: primeiro, a seleção dos recortes empíricos a

2 O interesse por uma abordagem antropológica do problema sobre o “emprego” surgiu com a proposta de pesquisa ao IPEA de uma organização não governamental de apoio ao desenvolvimento de comunidades chamada “Accion International” (AITEC), no primeiro semestre de 1972. Esse projeto não vingaria porque, conforme Claudio Salm e Luiz Carlos Silva, “entre as razões destacavam-se a falta de uma estrutura teórica que orientasse a formulação de hipóteses, a fragilidade metodológica do projeto e dúvidas quanto à capacidade de coordenação da AITEC” (CARTA de Luiz Carlos Silva e Claudio Salm a Edson Machado da Silva, secretário executivo do CNRH, 30 de janeiro de 1973, p. 2). Em 26 de setembro de 1972, o CNRH promoveu em Brasília um seminário cujo objetivo era fornecer parâmetros para estudos sobre mão de obra e emprego, e lá estavam Afrânio Garcia Jr. e José Sérgio Leite Lopes. Segundo Salm e Silva, neste mesmo seminário tiveram a oportunidade de conhecer “uma equipe ligada ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, composta de economistas com pós-graduação em antropologia, sociólogos e antropólogos, que já possuíam uma experiência razoável de atividades sobre mão de obra em vários setores da economia nordestina, além de um conhecimento aprofundado em trabalho de campo” (CARTA de Luiz Carlos Silva e Claudio Salm a Edson Machado da Silva, secretário executivo do CNRH, 30 de janeiro de 1973, p. 2-3). A partir desse encontro se estabeleceu o contato periódico dos economistas do IPEA com o grupo de pesquisadores do Museu Nacional. Entre 11 e 13 de setembro de 1974, realizou-se outro seminário intitulado “Sistema de Informação para Políticas de Emprego”, em Brasília, promovido pelo IPLAN (Instituto de Planejamento) do IPEA com apoio do Programa de Emprego para a América Latina e Central (PREALC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde, segundo consta nos Relatórios de Atividades da FINEP, “os pesquisadores do Projeto se fizeram presentes através de uma comunicação que sumariava os termos de referência do Projeto, tendo essa comunicação figurado como um dos documentos da delegação brasileira” (PRIMEIRO Relatório de Atividades/FINEP, IF/206, maio de 1976, p. 1049).

serem estudados – “plantation”, “camponeses marginais à plantation”, “parte industrial da plantation”, “grandes cidades regionais”, entre outros que figurariam anos mais tarde no texto final -, bem como a forma pela qual essas escolhas poderiam auxiliar na composição de um quadro teórico mais abrangente e, em particular, da realidade nordestina. Relacionado a isso, o segundo ponto dizia respeito à fatura do Projeto, que, segundo os técnicos, não indicaria hipóteses substantivas a serem perseguidas pelas pesquisas. Vejamos como foram apresentadas essas críticas pelo BIRD e como elas foram respondidas pelos pesquisadores.

Em carta assinada por Ana Maria Sant`Anna, funcionária do Banco Mundial e intermediadora no pedido de financiamento, datada em 15/03/1973, a instituição se diz interessada no Projeto sobretudo porque “considering the goal of labor absorption and income distribution in present Bank loan policy, definitely we constitute an audience for this type of study” (CARTA Ana Maria Sant`Anna a Moacir Palmeira, 15/03/1973). As diversas situações empíricas destacadas pelo Projeto pareciam de grande relevância e interesse à instituição porque, conforme argumentavam os avaliadores por intermédio de Sant`Anna, “making it meaningful to use a regional analytical framework”, mantendo, no entanto, certas dúvidas particularmente quanto ao “research design and methodology” (CARTA Ana Maria Sant`Anna a Moacir Palmeira, 15/03/1973). As observações foram separadas em cinco tópicos, todas elas tendo em comum a preocupação com as possibilidades de generalização a partir daquelas situações. Embora reconhecessem “several advantages in a methodological approach that does not pre-structure the learning situation of the researcher, we are also aware of certain build-in constraints” (CARTA Ana Maria Sant`Anna a Moacir Palmeira, 15/03/1973). Esses constrangimentos, de acordo com os funcionários do Banco Mundial, eram de ordem mais prática, como a do tempo para realização da pesquisa, e, principalmente, de ordem teórico-metodológica, como o uso de estatísticas e do método comparativo – importante para o controle de generalizações. Notavam também os avaliadores que existiam diferenças significativas entre os recortes empíricos selecionados, seja por

maior conhecimento de algumas deles em relação aos demais, seja ainda por estarem localizadas em espaços diversos, implicando em complexidades distintas de relações sociais, como no campo e na cidade. Além disso, questionavam o porquê da plantation receber maior atenção em relação a outros recortes e, em suas palavras, “given the broad scope of the project, should all situations be studied simultaneously or according to a phase programme?” (CARTA Ana Maria Sant`Anna a Moacir Palmeira, 15/03/1973). Por fim, solicitavam dos pesquisadores explicação mais detalhada sobre qual seria a relevância “política” do projeto, tendo em vista a possível utilização dos resultados das pesquisas “for testing behavioral relationships to policies, such as the reaction of unemployed workers or rural poor to government programs designed to alleviate their present circumstances” (CARTA Ana Maria Sant`Anna a Moacir Palmeira, 15/03/1973).

Em resposta, o grupo de antropólogos elaborou uma carta, datada em 29 de abril de 1973, justificando que a formulação do Projeto não poderia ser somente um “exercício formal”, sendo o objetivo “chegar a um corpo particular de hipóteses e não a hipóteses esparsas” (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 741). No que concerne, por exemplo, às questões relativas à mobilidade da mão de obra, que envolvem as variadas formas de emprego, elas não poderiam ser dadas a priori, porque o modelo com que trabalhavam economistas e sociólogos estaria alicerçado numa noção de “mercado de trabalho” moderno. Assim, retomando algumas das formulações de trabalhos no Grupo de Pesquisas da FINEP, o grupo afirmava que “economias como a camponesa ou como a da plantation têm leis próprias de utilização da mão de obra que regulam os problemas de emprego, desemprego e superpopulação de maneira diversa da empresa capitalista à qual geralmente está referenciada de maneira implícita a categoria ‘emprego’” (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 741). O grupo seguia afirmando na carta que os recortes empíricos serviriam justamente para dar conta da multiplicidade dessas relações de emprego, procurando, por conseguinte, escapar à transplantação de conceitos como o

de “desemprego disfarçado” e de “subemprego”. Por isso, não faria sentido alegar que o Projeto tratava do processo de “modernização”, a não ser que o tomasse “de uma maneira tão ampla, que esvazie este termo de seu conteúdo” (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 742).

Ainda segundo os antropólogos, a utilização dos recursos teóricos e metodológicos da antropologia poderiam se constituir em alternativa aos “modelos de modernização”, os quais tendiam a reduzir diferentes situações “sob a noção vaga de ‘sociedade tradicional’”, associada à dicotomia rural - tida como organização social simples - e urbano - tido como organização social complexa. Desse modo, o grupo questionava na carta se as relações do operário na indústria de Recife seriam mais “complexas” do que aquelas estabelecidas entre um parceiro do Sertão com o proprietário da terra (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 744). Seguros de que a “complexidade” dessas últimas relações não se definiria pelo espaço geográfico, reforçavam, por conseguinte, o fato de que “no próprio desenho da pesquisa procuramos apontar para a complexidade de situações via de regra qualificadas como ‘tradicionais’” (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 742).

Outro ponto abordado na carta-resposta diz respeito ao “problema da generalização”. Segundo o grupo, a generalização não depende tanto do tipo de observação utilizada (no caso, a etnográfica), mas no tratamento dos dados, sendo o recurso às estatísticas apenas uma maneira de se chegar à generalização, entre outras. A questão fundamental, ainda segundo os pesquisadores, seria que no método estatístico “o problema da generalização se confunde com o problema da representatividade da amostra com relação ao universo” (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 743). Tratando-se da observação direta e de técnicas de entrevista, dever-se-ia investigar, em suas palavras, “em que medida as estruturas (ou as relações) identificadas e suas combinações possíveis são capazes de dar conta de cada caso singular” (CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna/Arquivo

FINEP, 29 DE ABRIL DE 1973, P. 743). É possível perceber, portanto, que as questões relacionadas aos recortes empíricos selecionados e as formas de generalização possíveis a partir daí punham a descoberto uma diferença de abordagem mais profunda: de um lado, a que adotava o ponto de vista de um observador externo, objetivando os fatos sociais principalmente a partir dos dados estatísticos e, do outro lado, mais afeita aos antropólogos do Projeto, uma abordagem que adotava o ponto de vista do participante ou do agente, tratando suas representações e práticas como significativas da estrutura empírica a serem selecionadas e da própria explicação da dinâmica social. Essa mesma tensão de fundo permearia as discussões com as demais agências, conquanto mais abertas a novas perspectivas.

As conversas com o Banco Mundial não seguiram em razão da necessidade do Projeto ser aprovado pelo Ministério do Planejamento, o que não aconteceu por uma negativa de um funcionário (cf. LEITE LOPES, 2013, p. 447). Malgrado novamente o acordo que daria vigência ao Projeto, dessa vez com o Banco Mundial, os pesquisadores levaram o Projeto para o conhecimento de José Pelúcio Ferreira, que, entusiasmado, encaminhou as discussões já existentes com o IPEA, até a FINEP e o IBGE, possibilitando, enfim, a assinatura do convênio que deu origem ao Projeto Emprego em 20 de agosto de 1975. A supervisão técnica e o controle da aplicação de recursos coube a José Sergio Leite Lopes e Afrânio Garcia (Finep) e Cláudio Leopoldo Salm (IPEA). Criada em 1967, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) se tornou uma das principais instituições de apoio à pesquisa no Brasil, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, quando suas funções foram reformuladas ao substituir e ampliar o FUNTEC (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), até então ligado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Naquele momento, a Finep passou a ser parte fundamental de políticas de inovação científica dos governos militares, entre os quais o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja secretaria executiva ficara a cargo da própria instituição. Grande parte dessas medidas foi efetivada pelo ministro do planejamento José Paulo dos Reis Velloso em

sintonia com o então presidente da Finep José Pelúcio Ferreira (cf. Schwartzman, 1979; Ferrari, 2002). Além desses fatores de ordem política, a participação de Afrânio Garcia Jr. e José Sérgio Leite Lopes, então funcionários da instituição, foi decisiva na viabilização de projetos através dos quais angariaram recursos para melhoria de infraestrutura do PPGAS e para contratação de novos professores. Valendo-se da dupla formação como economistas e antropólogos, integraram o Grupo de Pesquisas da Finep, coordenado pelo economista Fabio Erber, onde, como ressaltou Leite Lopes em seu memorial de professor titular, os trabalhos desenvolvidos

puderam ter alguma serventia ao colocarmos em cena com economistas no interior de instituições do Ministério do Planejamento interessados no que eventuais pesquisas antropológicas poderiam oferecer para melhor focalizar a face social das questões abertas ou aprofundadas com as consequências do ‘milagre econômico brasileiro’ (LEITE LOPES, 2011, p. 16)³.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o canal de comunicação foi Isaac Kerstenetzky - antigo professor de Afrânio Garcia e José Sergio Leite Lopes na Faculdade de Economia da PUC-Rio - e a

supervisora e estatística Olga Lopes da Cruz. O apoio de Kerstenetzky ao Projeto Emprego não se limitou às redes de proximidade com seus alunos, haja vista a importância dele para a renovação das pesquisas estatísticas no Brasil e o papel fundamental que o IBGE viria a adquirir durante sua presidência entre 1970 e 1979. Kerstenetzky inovou, sobretudo, ao adotar indicadores variáveis de pobreza o que incomodara representantes do governo militar. No plano dos estudos estatísticos, deslocou-os de uma formação “técnico-administrativa”, baseada nos registros administrativos, para uma formação “técnico-científica”, ou seja, privilegiando práticas amostrais, a exemplo das pesquisas por domicílio (cf. SENRA, 2008, p. 49). Isso significou que as estatísticas tornavam-se menos marcadas pelos censos, com pretensões de abarcar a integridade de uma determinada população, para amostras mais restritas de grupos, para as quais a antropologia poderia fornecer aporte metodológico importante⁴.

É possível perceber, dessa forma, como o convênio que viabilizou o Projeto situava-se em uma conjuntura específica, institucional e intelectual. Instituições como o IBGE e FINEP passavam por reformulações que possibilitavam o diálogo com perspectivas que não somente baseadas na metodologia dos estudos econômicos. Contribuiu para a aglutinação dos interesses dos pesquisadores e das agências

3 Fabio Eber assim definiu as atividades do Grupo: “em sua primeira fase, de 1971 a 1974, o GPq concentrou suas atividades em projetos que tinham forte proximidade com as prioridades da política econômica do período, como o desenvolvimento tecnológico da indústria de bens de capital e da indústria petroquímica e a demanda das empresas estatais por equipamentos e serviços tecnológicos. Composto por uma equipe multidisciplinar, em que havia economistas, sociólogos e um engenheiro, desenvolveu métodos de pesquisa qualitativos apropriados a esses temas e inseriu-se na comunidade internacional, participando de projetos de pesquisa multinacionais. Entre 1975 e 1978, sob a direção de José Tavares de Araújo Jr. e, no fim do período, de Marcelo de Paiva Abreu, o GPq abriu substancialmente o leque de pesquisas e recrutou diversos pesquisadores seniores, como Luciano Martins, Maria da Conceição Tavares e Simon Schwartzman, que realizaram importantes projetos sobre a burocracia brasileira, a organização da indústria nacional e a evolução da comunidade científica no País, além de dar continuidade aos estudos setoriais, a exemplo das indústrias farmacêutica e de alimentos” (ERBER, FABIO APUD FERRARI, 2002, p. 169). Durante suas passagens pelo GPq da Finep, Garcia Jr. e Leite Lopes publicaram trabalhos importantes, alguns inclusive com destaque externamente à instituição. Destacam-se “Nota preliminar de discussão do trabalho de Edimar Bacha” e “Comentários sobre encargos trabalhistas e absorção de mão de obra no Brasil” de Garcia Jr. e “Notas críticas ao ‘Desemprego e subemprego no Brasil’” e “Sobre o Debate da Distribuição de Renda: Leitura Crítica de um Artigo de Fishlow”. Para uma apreciação mais geral sobre esses trabalhos e a importância da participação desses pesquisadores no GPq da Finep ver CARVALHO, 2015.

4 Kerstenetzky operou uma modificação significativa nas práticas estatísticas do IBGE também como incentivador de pesquisas qualitativas. É o que demonstra seu apoio ao “Estudo Nacional de Despesa Familiar” (ENDEF), coordenado pelo sociólogo Luiz Affonso Parga Nina entre 1974 e 1975, que tinha como objetivo agrupar dados sobre consumo alimentar, renda e estado nutricional das famílias brasileiras. Caracterizado como uma “aventura antropológica” (CAMARGO, 2009, p. 183), o estudo lançou mão de questionários “abertos”, com registro de observações de pesquisadores, espécie de trabalho de campo, ao contrário do que ocorria com os tradicionais questionários do IBGE, de perfil mais “fechado”. Aliando pesquisa qualitativa e quantitativa, a fim de subsidiar formulações de política públicas para a pobreza (inclusive ajudando a melhor delimitá-la), o IBGE, através do ENDEF, escorou-se, conforme Camargo (CAMARGO, 2009, p. 183), “na moderna metodologia científica da sociologia e antropologia”, tornando-se “o primeiro grande estudo sistemático sobre nutrição no Brasil, pela sua dimensão verdadeiramente nacional e pela riqueza do método amostral, ainda recente entre nós”.

financiadoras, o questionamento do modelo econômico da ditadura, cujas altas taxas de desigualdade – sobretudo no Nordeste - exigiam análises que explicassem os fatores sociais e políticos envolvidos, o que tornou plausível o recurso a explicações e abordagens alternativas⁵. Abria-se, portanto, uma brecha para que recursos destinados até então prioritariamente a áreas tecnológicas fossem concedidos a projetos alternativos aos que comumente tramitavam por aquelas agências. Esse contexto explicava o conteúdo da carta de Afrânio Garcia e Leite Lopes ao presidente da FINEP, José Pelúcio, datada em 17 de maio de 1973, durante as primeiras tratativas de formalização do acordo. Nela os autores apresentavam, em texto anexo, o Projeto Emprego, solicitando o apoio institucional da FINEP ao desenvolvimento das pesquisas previstas. Para tanto, Garcia Jr. e Leite Lopes se valiam dos pareceres e opiniões favoráveis à execução do Projeto, tal como declaradas pelo IPEA, BIRD e IBGE, para obter o mesmo em relação a Pelúcio e à Finep. No caso do IBGE, os pesquisadores indicavam que “soubemos, outrossim, que o Prof. Isaac [Kerstenetsky] declarou em reunião formal ao Dr. Edson Hollanda considerar o projeto como complementar aos esforços da PNAD” (CARTA de Afrânio Garcia e José S. Leite Lopes para José Pelúcio Ferreira/Arquivo FINEP, 17 de maio de 1973, p. 746). Estava em jogo a busca por legitimação de uma perspectiva de análise distinta da econômica, algo que poderia ser visto na solução do Projeto em integrar temáticas como a de “emprego” e “migração” – caras à economia - e a investigação antropológica. Desse modo, justificavam os autores na carta que a antropologia social teria uma “contribuição específica (...) a dar ao desenvolvimento teórico das pesquisas sociais e econômicas no Brasil”, além de ser uma tentativa de “dar um melhor conhecimento da realidade econômica e social, para que as políticas econômicas que objetivam melhorar a situação de segmentos ‘desfavorecidos’ da população produtiva, não venham ao contrário

agravar a situação de ‘desemprego’ e ‘pobreza’” (CARTA de Afrânio Garcia e José S. Leite Lopes para José Pelúcio Ferreira/Arquivo FINEP, 17 de maio de 1973, p. 746).

O “conhecimento” a ser fornecido passava justamente pelo trabalho de campo intensivo, núcleo identitário da antropologia. Na carta, esse era um dos trunfos dos pesquisadores em crítica ao distanciamento, presente em diversas pesquisas, entre a análise da sociedade brasileira e a complexidade da realidade empírica. Tal deficiência ocorreria, segundo os pesquisadores, “porque os diagnósticos das situações são feitos em parte através de dados estatísticos secundários e muito através da imaginação do técnico ou cientista social em seu gabinete urbano” (CARTA de Afrânio Garcia e José S. Leite Lopes para José Pelúcio Ferreira/Arquivo FINEP, 17 de maio de 1973, p. 746). E por fim, os pesquisadores e funcionários da instituição assinalavam mais uma vez o papel que a antropologia e o método etnográfico teriam numa interpretação mais ampla da sociedade brasileira e de seus principais dilemas:

Esse projeto, portanto, representa uma materialização de campo de pesquisa que nós nos definimos, e do tipo de contribuição que podemos dar à teoria e política do desenvolvimento econômico do Brasil. Assim como procuramos demonstrar em nossos relatórios internos da FINEP, achamos estratégicos no atual estágio da pesquisa econômica e social no Brasil tanto uma delimitação rigorosa de conceitos, quanto a interlocução resultante da simultaneidade de pesquisas etnográficas com pesquisas e análises do desenvolvimento econômico ao nível global (CARTA de Afrânio Garcia e José S. Leite Lopes para José Pelúcio Ferreira/Arquivo FINEP, 17 de maio de 1973, p. 747).

Os pesquisadores teriam que esperar mais dois anos após essa carta para que os trâmites burocráticos de fato viabilizassem o Projeto. E uma vez firmado o convênio, o grupo se voltou para a discussão interna, em reuniões cujas transcrições é possível observar a explicitação

5 Isso é atestado em carta de 26 de novembro de 1974 enviada por Paulo Dante Coelho, superintendente do Instituto de Planejamento (IPLAN), ligado ao Ministério do Planejamento, a José Pelúcio Ferreira, solicitando apoio ao “Projeto Emprego” cujas questões abordadas seriam complementares “a outros trabalhos realizados pelo Governo principalmente no campo das migrações internas e o rigor metodológico com que foi elaborado” (CARTA de Paulo Dante Coelho a José Pelúcio Ferreira/Arquivo IPEA, 26/11/1974).

das estratégias na elaboração da proposta de pesquisa e nos ajustes inevitáveis aos interesses das agências no que tangia aos temas e à metodologia a ser empregada. Para tanto, ficou estabelecido que Moacir Palmeira e Afrânio Garcia coordenariam as pesquisadas dedicadas às áreas “rurais” e Luiz Antonio Machado da Silva e José Sérgio Leite Lopes aquelas dedicadas às áreas “urbanas”. Paralelamente, Alfredo Wagner Berno de Almeida coordenaria o levantamento bibliográfico sobre o tema “migração”, enquanto Leite Lopes ficaria à frente da sistematização da bibliografia referente ao tema “emprego”. Veremos a seguir como, além da definição dos temas mais gerais que norteariam as pesquisas, “emprego” e “migração”, as negociações com as agências financiadoras e os sucessivos crivos técnicos e teóricos pelo qual passou o texto do Projeto deixariam outras marcas em sua versão final.

“SITUAÇÕES-TIPO”: MÉTODO COMO TÉCNICA E LÓGICA TEÓRICA

A Introdução do texto do Projeto “Emprego” iniciava com as discussões sobre desenvolvimento econômico e desigualdade de renda encetadas pelo censo de 1970, afirmando a necessidade de ir além dos indicadores econômicos para “identificar as razões e a lógica que presidem a recriação destes ‘problemas’” (PALMEIRA ET AL., 1976, p. 202). Uma das constatações mais recorrentes desse debate era de que o desenvolvimento da agricultura brasileira estava liberando contingentes de mão de obra e, por conseguinte, aumentando o fluxo migratório, sem que o mercado de trabalho urbano tivesse capacidade de absorver essa força de trabalho. O Projeto assinalava que, ao focalizar nas migrações rurais-urbanas, as análises correntes identificavam dois fenômenos que poderiam ser distintos: a migração e a liberação de mão de obra. Dessa forma, o Projeto postulava que poderia haver “migração sem liberação da mão de obra”, como acontecia geralmente com o deslocamento de trabalhadores entre as plantations, ou no trabalho temporário na cidade com o objetivo de aumentar a renda familiar. Haveria ainda a possibilidade de “liberação de mão de obra

sem migração”, a exemplo da modernização da plantation, fazendo com que surgisse um campesinato em seu entorno ou se constituíssem pequenas cidades.

Ao desconsiderarem as possibilidades acima referidas, os analistas do desenvolvimento utilizavam o que o Projeto caracterizou como uma “abordagem formal demográfica”, ou seja, a “contabilização de fluxos populacionais vistos como indiferenciados socialmente”, e, com isso, “todos os deslocamentos são vistos como fenômenos da mesma natureza e de significados e consequências universais. O problema então aparece como sendo apenas uma ‘mudança de escala’, mas não como uma mudança de sistema de relações sociais” (Ibidem, p. 203). Subjacente a essas análises, segundo a avaliação do Projeto, residia um ponto comum contido na ideia de que o setor moderno, urbano e capitalista, absorveria a mão de obra liberada do setor tradicional, rural, sendo a migração o principal índice de um processo de transformações da força produtiva na agricultura e de expropriação dos trabalhadores rurais.

Em reunião do grupo de pesquisadores, realizada em 1975, Moacir Palmeira reforçava que a Introdução “do Projeto é a ponte, o elemento assim do diálogo na época com as instituições que estavam se propondo a dar suporte à pesquisa” (DISCUSSÃO aberta sobre o Projeto Emprego, 13 de outubro de 1975, p. 2). Em contraposição às teses economicistas sobre o rural, o Projeto Emprego, como exposto em seu título, tinha como objetivo discutir as situações de emprego que se originavam das mudanças sociais e econômicas na plantation nordestina e investigar as diferentes racionalidades dos agentes envolvidos nesse processo. Com isso, foram selecionadas, na versão de 1973, diversas frentes de estudos que os pesquisadores designaram como “situações-tipo”, entre as quais, a “Plantation”, as “Cidades da Zona da Mata: os trabalhadores da Rua”; “Camponeses Marginais à Plantation”; “Redes de Comercialização – Barracões e Feiras”; “Parte Industrial da Plantation”; “Camponeses do Agreste e do Sertão”; “Cidades do Agreste e do Sertão”; “Indústria Rural”; “Grande Cidade regional e Extra-Regional”. Na versão definitiva do texto do Projeto, aprovada em 1975, foram incluídas as situações “Frentes de Expansão” e

“Cidades da Frente de Expansão”. Por conseguinte, reforçavam, como que retomando discussões anteriores com as agências financiadoras, que a opção por selecionarem “situações tipo” permitiria, segundo os próprios pesquisadores, “identificar as unidades sociologicamente relevantes” e “descobrir padrões estruturais de comportamento e distinguir, a partir daí, grupos sociais mais ou menos homogêneos” (PALMEIRA ET AL., 1976, p. 234).

Destacaremos a metodologia apresentada pelo Projeto, começando pelo critério que presidiu à seleção de “situações-tipo”: marcadas por uma espécie de “meio-termo” entre os interesses do grupo de pesquisadores e das agências financiadoras, preocupadas sobremaneira com uma interpretação mais global da realidade nordestina, a definição dessas “situações-tipo” era um recurso metodológico que permitira dar conta da diversidade das formas de “emprego” entre camadas de baixa renda. Algumas delas já haviam sido estudadas pelos próprios pesquisadores no âmbito do Projeto “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional” ou em pesquisas individuais, mas todas, de certa forma, ganhavam inteligibilidade a partir das mudanças do funcionamento da plantation tradicional, analisada por Moacir Palmeira em sua tese de doutoramento. A tese de Palmeira e as pesquisas de campo apontavam como o “isolamento” a que estavam relegados os trabalhadores rurais no interior do “sistema de plantation”, através de uma complexa relação de dominação contida na morada – definida, de forma geral, como cessão de terras e outros benefícios pelo grande proprietário aos trabalhadores em troca de trabalho gratuito – sofrera modificações importantes, o que teve implicações diretas nas relações estabelecidas entre os diferentes grupos. Apesar da dominação envolvida no “sistema da plantation” continuar a existir, seria outra a configuração das relações sociais assim como as experiências vividas pelos grupos de trabalhadores, algo que as “situações-tipo” tentavam identificar e delimitar, como se

pode entrever nas frentes de pesquisa em cidades, na parte industrial da plantation e até mesmo em frentes de expansão, áreas que extrapolariam a delimitação geográfica estrita do Nordeste, abarcando a região amazônica. Isso porque as modificações desse sistema acarretariam não só o surgimento de novos grupos, como um “neocampesiano”, impulsionando novos tipos de relações sociais, como as “feiras”, que escapavam dos limites impostos pelos barracões existentes no interior da plantation, mas também encetariam movimentos de populações que, com o enfraquecimento da morada, encontrariam na migração para as cidades regionais e do centro-sul, ou ainda para a “fronteira”, possibilidades de trabalho e de reprodução familiar.

Com as “situações-tipo”, portanto, os pesquisadores buscavam, conforme o texto do Projeto, “estabelecer distinções conceituais pertinentes entre os diferentes processos sociais subjacentes aos movimentos de população e às condições de vida dos ‘grupos de baixa renda’” (PALMEIRA ET AL., 1976, p. 204). Salientavam, entretanto, que não se trataria de “situações médias”, mas de investigar as especificidades das relações sociais envolvidas e como elas se articulavam formando um “sistema”. Em suas palavras,

tentar identificar o sistema de posições sociais dentro das populações trabalhadoras nordestinas, desvendar a sua lógica, seu movimento e, sobretudo, poder distinguir quais as unidades sociais reais (e seu *modus operandi*) do processo de desenvolvimento, e quais as repercussões deste para cada um dos tipos daquelas (PALMEIRA ET AL., 1976, p. 204, grifos no original)⁶.

O Projeto, como já parecia nas indagações do Banco Mundial, não apresentava qualquer plano de análise dessas “situações-tipo”, uma vez que, alegavam os pesquisadores, qualquer tentativa desse gênero poderia ser uma imputação do próprio pesquisador ao objeto. De acordo com o texto do Projeto, o modo pelo qual se definiria as unidades sociologicamente relevantes variaria de caso para caso, estipulado por cada

6 Isso é atestado em carta de 26 de novembro de 1974 enviada por Paulo Dante Coelho, superintendente do Instituto de Planejamento (IPLAN), ligado ao Ministério do Planejamento, a José Pelúcio Ferreira, solicitando apoio ao “Projeto Emprego” cujas questões abordadas seriam complementares “a outros trabalhos realizados pelo Governo principalmente no campo das migrações internas e o rigor metodológico com que foi elaborado” (CARTA de Paulo Dante Coelho a José Pelúcio Ferreira/Arquivo IPEA, 26/11/1974).

pesquisador no trabalho de “observação direta”, cujo “acompanhamento mais prolongado e detido das situações que se deseja estudar (...) revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece numa situação formal de entrevista” (PALMEIRA ET AL., 1976, p. 233).

As “situações-tipo” cumpririam, enfim, o papel de delimitar analiticamente o alcance e a validade da utilização de termos tão genéricos como “emprego” e “migração”, referindo-os a situações concretas e a significados fornecidos pelos agentes em suas práticas cotidianas. Em trecho metodológico fundamental, retirado da versão final do texto do Projeto, essa perspectiva fora explicitada a partir de alguns dos conceitos mobilizados na definição daquelas “unidades sociais relevantes” (PROJETO Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Arquivo IPEA, 1973). Por esta categoria, o grupo de antropólogos entendia o conjunto de “redes de relações sociais”, possíveis de serem delimitadas pela referência mútua que seus agentes sociais mantêm entre si, formando uma “fronteira entre esse conjunto de agentes e outro conjunto de agentes” (PROJETO Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Arquivo IPEA, 1973, p. 35). Assim, conforme exemplo utilizado no texto, em algumas áreas camponesas no Brasil a “família elementar” e o “grupo de vizinhança” seriam as unidades sociais relevantes para a compreensão daqueles grupos, enquanto na Kabília (Argélia) – região estudada por Pierre Bourdieu – seriam a “família extensa” e o “grupo de parentesco patrilinear” os mais significativos. Mas, de acordo com os pesquisadores, essas redes de relações sociais se constituiriam porque cada agente social, entendido como “grupos ou indivíduos enquanto suportes de uma prática social”, participaria de distintas atividades estabelecendo em cada uma delas relações sociais específicas (PROJETO Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Arquivo IPEA, 1973, p. 35). Dentro dessa ampla e complexa “rede de relações sociais” formaria-se um “sistema de referência” que orientaria as condutas de cada agente social. Com um tom um tanto didático para melhor definir a abordagem etnográfica proposta às instituições, o grupo de antropólogos reforçava que não se

trataria, portanto, de definir as características psicológicas de um agente social estudado, mas o “papel ou a constelação de papéis que lhe é atribuído por sua posição diferencial frente a outros agentes sociais” (PROJETO Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Arquivo IPEA, p. 35). Assim, por exemplo, o trabalhador rural seria definido menos por sua, digamos, “resignação” (característica psicológica), mas pelo papel por ele desempenhado em oposição a outros agentes, como os patrões, pequenos proprietários, trabalhadores urbanos (PROJETO Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Arquivo IPEA, p. 35).

Em reunião com o grupo de pesquisadores, Moacir Palmeira chamava a atenção para a importância deste procedimento frente às perspectivas objetivantes e quantitativas das agências financiadoras: se o grupo tomasse “emprego” e “migração” como conceitos a priori “não teria sentido o próprio projeto”, e, por conseguinte, alertava que “não falamos mais em migração em geral, de emprego em geral, como no início do trabalho, mas vamos estar sempre referidos a determinadas situações-tipo, a determinadas configurações de posição e oposições sociais” (DISCUSSÃO aberta sobre o Projeto Emprego, 13 de outubro de 1975, p. 3-4). A preocupação teórica do grupo seria “o conhecimento das leis de população correspondentes a cada uma daquelas formas econômicas” ao mesmo tempo em que especificaria “que aquilo que é chamado de emprego, subemprego, desemprego, mercado de trabalho, cada uma dessas coisas significam coisas diferentes, em cada uma dessas situações-tipo” (DISCUSSÃO aberta sobre o Projeto Emprego, 13 de outubro de 1975, p. 3-4)

Não se trataria de simples substituições de conceitos, mas, segundo Palmeira na mesma reunião, “uma tentativa de ao substituir determinados conceitos, se dar conta melhor de certos fenômenos que os conceitos anteriores davam de modo precário” (DISCUSSÃO aberta sobre o Projeto Emprego, 13/10/1975, p. 4). Ainda de acordo com o coordenador do Projeto, e mesmo não sendo viável deixar de mobilizar conceitos consagrados na literatura, como “mão de obra”, “mercado de trabalho”, “migração”, “emprego”, “modernização”, cada pesquisador,

ao utilizar esses mesmos conceitos, deveria “estabelecer essas pontes” (DISCUSSÃO aberta sobre o Projeto Emprego, 13 de outubro de 1975, p. 4). A ênfase posta por Palmeira no diálogo e na explicitação cuidadosa dos conteúdos desses conceitos se deveu em grande medida ao esforço empenhado nas negociações para demonstrar as possíveis contribuições da perspectiva antropológica aos interesses das agências e ao debate mais amplo sobre desenvolvimento econômico. A viabilidade do Projeto, portanto, não dependeu somente da relativa abertura das agências financiadoras às ciências sociais e das relações mantidas entre os pesquisadores e os técnicos – sem dúvida algo crucial. Essas mesmas relações não são totalmente compreendidas sem a afirmação da perspectiva de análise e da contribuição interpretativa que cada um desses antropólogos e todos, de forma coletiva, julgavam poder oferecer aos debates econômicos sobre desenvolvimento e sobre campesinato naquele momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação do Projeto, como vimos, implicou a associação de dimensões fulcrais envolvidas em suas negociações relativas não somente à técnica por assim dizer do método, mas também da lógica teórica que o preside. Nesse sentido, a observação de Moacir Palmeira de que o texto do Projeto revelava o esforço de construção de pontes de diálogo com as agências financiadoras tornou possível, a um só tempo, a aproximação de perspectivas distintas – antropologia e economia, observação participante e dados estatísticos, particular e o geral – e a percepção das distâncias e das particularidades encerradas em cada um desses polos. Seria justamente esse jogo de aproximação e distanciamento envolvido na proposta metodológica que despertou o interesse das agências num contexto específico de abertura a novas metodologias.

Embora alinhadas às propostas da equipe de antropólogos, as diretrizes de pesquisas também teriam que incorporar os interesses das agências financiadoras, espécie de “meio-termo” que tornara o Projeto viável institucional e

metodologicamente. Em documento sem autoria encontrado no acervo do Projeto Emprego são relatadas as condições que o propiciaram e as “normas éticas” que deveriam guiar pesquisas e pesquisadores. Nele, reafirmava-se o caráter eminentemente “acadêmico” do empreendimento, recusando-se o fornecimento de “sugestões de política”. Conforme o mesmo documento,

o projeto não representou uma concessão propriamente aos interesses das fontes financiadoras, mas o acréscimo de dois tópicos a nossas preocupações: emprego e migrações que continuam não sendo focos dominantes de interesse e que são abordados pelo projeto de uma ótica que nada tem a ver com a ótica a partir da qual tem sido tradicionalmente tratados (NORMAS ÉTICAS, Acervo Projeto Emprego/NUAP/MN).

Tomar, portanto, o aspecto processual e contingente da concepção e formulação do projeto de pesquisa implica reconstituir o corpo de questões e problematizações que permitiram sua viabilização, algo, que no caso de que nos ocupamos, assume inteligibilidade se inserido no “campo de possibilidades” formado pelos interesses entre grupos e agências financiadoras. O jogo de aproximações e distanciamentos desses interesses permitiu a formulação do projeto e, o que é igualmente significativo, a contribuição específica do grupo de pesquisadores a diversos temas. Embora a maioria dos recortes empíricos selecionados, as denominadas “situações-tipo”, já se constituíssem focos de pesquisas do grupo anteriormente ao Projeto, a junção e sistematização deles, aliados à preocupação em traçar um diálogo profícuo com as agências financiadoras, tiveram influência nada negligenciável nas formulações dos pesquisadores e nos relatórios finais apresentados. Se era de interesse das agências uma proposta que abarcasse o máximo possível as diferentes situações empíricas vividas na região Nordeste do Brasil visando à sistematização teórica mais geral, para o grupo de antropólogos tal empreendimento não seria realizado de forma simplesmente dedutiva, tampouco a partir do levantamento de cunho quantitativo sem o auxílio da pesquisa etnográfica. A atenção às práticas dos agentes estudados, suas justificativas e os recursos simbólicos mobilizados eram de

fundamental importância para a compreensão da formação e manutenção de certos grupos sociais, das relações entretidas entre eles, notadamente as formas de subordinação, bem como as respostas criativas de que se utilizavam frente a elas. As estratégias metodológicas, inclusive de cunho estatístico, deveriam ser traçadas a partir desse trabalho primeiro e fundamental.

Dessa forma, mais do que uma generalização baseada na dedução era preciso identificar o intercruzamento de tendências e processos mais gerais em formas assumidas no nível mais micro da interação entre agentes e grupos. Explicitado um dos pontos mais sensíveis na negociação com as agências financiadoras, estava aberto o caminho para a exploração de temas candentes naquele contexto, como o de emprego e migração, que tinham repercussões, inclusive, nas discussões sobre questão agrária do período (MAIA, 2014). O passo seguinte era o de desreificar tais conceitos buscando os pressupostos de suas orientações básicas fundadas na dinâmica do mundo urbano-industrial, para inseri-los nas situações específicas em que foram estudados. Nos “relatórios finais” do Projeto essa proposta metodológica foi realizada a partir de um eixo analítico fundamental que toma as “redes de relações” formadas pelas interseções entre indivíduos e grupos e que transpassavam posições e espaços sociais, conformando uma perspectiva relacional de análise. As práticas sociais e econômicas deveriam ser entendidas não só como fruto de uma socialização comunitária, mas também das relações dinâmicas estabelecidas entre diferentes grupos de “camadas de baixa renda” e as classes sociais dominantes que, em suas estratégias de reprodução, restringiam e redefiniam mutuamente os sentidos de suas ações. Como busquei desenvolver em outra ocasião especificamente em relação aos estudos rurais (CARVALHO, 2015), essa perspectiva analítica permitiu destacar como as condições materiais e a socialização específica de grupos camponeses deveriam ser integrados à compreensão de suas práticas simbólicas e ao tipo de relações sociais que estabelecem com os demais grupos. Nesse sentido, rural e urbano, plantation e fronteira, não são entendidas pelo grupo de pesquisadores como categorias disjuntivas, mas a partir das “redes de relações sociais” que se formam por

esses espaços sociais. Segundo os pesquisadores do Projeto, a via de generalização teórica mais adequada, ou seja sem reificações conceituais, seria senão aquela em que as “situações-tipo” se associavam em suas especificidades e não a partir de uma generalização teórica que as integrasse sem a devida compreensão mais detida dos casos.

Não se trata, todavia, de argumentar que as negociações coletivas e as contingências tiveram papel determinante nas opções metodológicas e analíticas do Projeto. Ao contrário, chama-se atenção para o fato de que durante esse processo, as opções negociadas tomaram feições cognitivas e empiricamente orientadas que não estavam dadas de antemão. Se as discussões com as agências financiadoras não implicaram uma adesão irrestrita aos seus interesses, a presença destes obrigou que os pesquisadores explicitassem seus pressupostos, e ao fazê-lo, sistematizá-los em torno de hipóteses e do tipo de contribuição coletiva que poderiam fornecer ao estudo dos temas selecionados. Ao longo desse percurso, enfim, configurou-se um quadro analítico renovado cuja contribuição e originalidade, em meio aos incontornáveis debates da época e às costuras institucionais, são partes constitutivas da história e do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDER, J. *Theoretical logic in sociology* (vol. 1): Positivism, Presuppositions, and Current Controversies. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.

BASTOS, Elide Rugai & BOTELHO, André. *Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento social brasileiro*. Em: Carlos Benedito Martins e Heloisa Helena T. de Souza Martins (orgs.), *Horizontes das ciências sociais no Brasil*, 1ª ed., São Paulo, Anpocs, vol. 1, 2010.

BOTELHO, André. *Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño*. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, vol. 19, núm. 1, pp. 151-161, 2015.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *Conhecendo os dissidentes: os dados não-*

- estruturados do Estudo Nacional de Despesa Familiar e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, Nelson de Castro. (Org.). História das Estatísticas Brasileiras: estatísticas formalizadas (c.1972-2002). 1ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 2009.
- CARTA de Luiz Carlos Silva e Claudio Salm a Edson Machado da Silva, secretário executivo do CNRH, Arquivo FINEP, 30 de janeiro de 1973.
- CARTA de Moacir Palmeira a Anna Maria Sant`Anna. Arquivo FINEP/IF 206, 29 de abril de 1973
- CARTA de Afrânio Garcia e José S. Leite Lopes para José Pelúcio Ferreira. Arquivo FINEP/IF 206, 17 de maio de 1973.
- CARTA de Paulo Dante Coelho a José Pelúcio Ferreira. Arquivo IPEA, 26 de novembro de 1974.
- CARTA de Ana Maria Sant`Anna (Banco Mundial). Arquivo FINEP/IF 206, 15 de março de 1975.
- CARVALHO, Lucas C. Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- “DISCUSSÃO aberta sobre o Projeto Emprego”, 13 de outubro de 1975. Disponível no Acervo Projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” do Núcleo de Antropologia Política (NuAP) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERRARI, Amílcar Figueira. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. In: Revista Brasileira de Inovação, v. 1, pp. 151-187, 2002.
- GARCIA JR., Afrânio. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. Mana, vol. 15, n. 2, 2009.
- _____. Mudança social no Nordeste: metamorfoses do mundo que o senhor de engenho criou, mimeo, 2013.
- LEITE LOPES, José Sergio. Entrevista com Moacir Palmeira. Horizontes antropológicos. vol.19, n.39, p. 435-457, 2013.
- MAIA, Felipe. Questão agrária e modernização no Brasil. Tese de Doutorado - Centro de Ciências Sociais Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MAIA, JOÃO MARCELO EHLERT. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 26, p. 71-94, 2012.
- _____. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: The cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. Current Sociology (Print), v. 62, p. 1097-1115, 2014.
- “NORMAS ÉTICAS”. Disponível no Acervo Projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” do Núcleo de Antropologia Política (NuAP) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, s/d.
- PLATT, Jennifer. A History of Sociological Research Methods in America, 1920-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PALMEIRA, Moacir ET AL. Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste. Anuário Antropológico, p. 201-242, 1976.
- PRIMEIRO Relatório de Atividades/FINEP, IF/206, maio de 1976.
- PROJETO Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, Arquivo IPEA, 1973.
- SCHUTZ, Alfred. The Problem of Social Reality, Vol. 1, Alfred Schutz: Collected Papers, Martinus Nijhoff, 1962.
- _____. Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1979.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.